

Diário do Legislativo de 27/02/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 2ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Construtora Andrade Gutierrez por seus 60 Anos de Fundação

1.2 - 7ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 8ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissão

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 - ERRATA

ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/2/2009

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Délio Malheiros - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Sr. Otávio Marques de Azevedo - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Weliton Prado - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Carlos Gomes - Délio Malheiros - Gil Pereira - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Construtora Andrade Gutierrez por seus 60 anos de fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Otávio Marques de Azevedo, Presidente do Grupo Andrade Gutierrez; Deputado

Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Deputado Federal Rodrigo de Castro; Josué Costa Valadão, Secretário de Governo da Capital, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; Robson Braga de Andrade, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -; Osvaldo Borges, Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig -; Arlindo Porto, Vice-Presidente da Cemig e ex-Senador; Márcio Kangussu, Presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - Copanor -, representando o Presidente da Copasa, Márcio Nunes; Álvaro Teixeira da Costa, Presidente dos Diários Associados; Cel. Bento Ferreira dos Santos Neto, representando o Comandante da 4ª Região Militar, General José Mário Facioli; e Deputado Délio Malheiros, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Claudenir José de Melo, também conhecido como Baiano, Prefeito Municipal de Arcos; Vereador Pedro César Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Arcos; Vereador Vilmar Júnior, do Município de Arcos; jornalista Paulo César Oliveira, na pessoa de quem estendemos as nossas saudações aos demais jornalistas presentes; Sérgio Cavalleri, Conselheiro do Grupo ALE; Getúlio Gontijo de Amorim, assessor parlamentar da diretoria do Instituto Estadual de Florestas, representando a entidade; Werner Rohlf, do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Minas Gerais - Sinduscon -, representando o Presidente dessa entidade, Walter Bernardes de Castro; Álvaro Andrade, Conselheiro da entidade homenageada; das Exmas. Sras. Ângela Gutierrez, Laura Andrade e Cristiana Gutierrez, Conselheiras da entidade homenageada; do Exmo. Sr. Rafael Andrade; do fundador, Gabriel Andrade, e de sua esposa, D. Vera Andrade; e dos Exmos. Srs. João Júlio Cardoso, Vice-Prefeito de Arcos, e Paulo de Tarso Barbosa Passos, Diretor Executivo do Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional, acompanhando gravação do Coral da Assembleia, sob a regência do maestro Guilherme Bragança.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Délio Malheiros

Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Otávio Marques de Azevedo, Presidente do Grupo Andrade Gutierrez; Exmo. Sr. Deputado Dilzon Melo, Secretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, representando o Dr. Aécio Neves, Governador do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Federal Rodrigo de Castro; Exmo. Sr. Josué Costa Valadão, Secretário de Governo da Capital, representando o Dr. Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Fiemg; Exmo. Sr. Osvaldo Borges, Presidente da Codemig; Exmo. Sr. Arlindo Porto, ex-Senador e Vice-Presidente da Cemig; Exmo. Sr. Márcio Kangussu, Presidente da Copanor, representando o Dr. Márcio Nunes, Presidente da Copasa; Exmo. Sr. Álvaro Teixeira da Costa, Presidente do jornal "Estado de Minas"; Exmo. Sr. Cel. Bento Ferreira dos Santos Neto, representando o Gen. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meus colegas, senhoras e senhores, paixão, excelência, desempenho econômico - paixão pelo que faz; excelência no que faz; desempenho econômico como resultado do que faz. Essas são as bandeiras e pilares de sustentação do Grupo Andrade Gutierrez. Hoje estamos integrando, tendo como ponto convergente a Assembleia de Minas Gerais, todo o Estado de Minas Gerais nas comemorações dos 60 anos da fundação de uma pequena construtora que se transformou em um dos maiores conglomerados empresariais privados do Brasil, com atuação marcante e significativa no cenário mundial. É um motivo de justo orgulho para quem, em setembro de 1948, em Belo Horizonte, fundou essa empresa. Rendemos aqui esta homenagem a Flávio Gutierrez e aos irmãos Gabriel e Roberto Andrade, que, com o sonho de construir estradas e atentos ao desenvolvimento que despontava com o início da efetiva industrialização do Brasil, apoiada em um governo de grandes idéias e ideais, tendo como figura central Juscelino Kubitschek, fundaram essa empresa, orgulho de todos. Juscelino Kubitschek, este extraordinário político mineiro, homem de ilimitada visão, destinado a ser o iniciador e condutor do desabrochar da economia mineira e nacional, inovava, no governo de Minas, com o binômio energia e transporte e, como Presidente da República, com os famosos 50 anos em 5. Para quem iniciou o seu caminho realizando pequenos serviços de urbanização em Belo Horizonte e hoje desenvolve atividades nacionais e internacionais, esta solenidade nada mais é que um reconhecimento do povo das Minas Gerais, do qual sou um dos representantes nesta Casa, a uma empresa que representa a capacidade, a inteligência, a determinação, a vocação e a profissionalização de nossos empresários.

Temos muitos exemplos a serem seguidos e entre eles homenageamos hoje a Andrade Gutierrez. Dela destacamos ações que valorizam a preservação do meio ambiente, a segurança e a saúde dos seus empregados e, especialmente, a dos moradores que, direta ou indiretamente, são alcançados pela repercussão de obras de grande porte. As certificações ISO 9.001 e ISO 14.001, a especificação Ohsas 18.001 e as incontáveis premiações nacionais e internacionais atestam todas essas ações desenvolvidas por esse Grupo. É a primeira empresa brasileira de construção pesada a receber certificação de todos os sistemas que compõem a gestão integrada.

O sonho dos três companheiros começa a se materializar já na década de 50, com a participação na construção da rodovia que ligaria a antiga Capital Federal, o Rio de Janeiro, a Belo Horizonte, por nós chamada, até hoje, de BR-3. Desenvolve-se a empresa: Rodovia Manaus-Porto Velho, hidrelétricas para a Cemig, Usina de Itaipu Binacional, obras por toda a América Latina, do México aos países andinos, e nos continentes africano, europeu e asiático. São estradas, hidrelétricas, metrô, aeroportos. No coroamento desse crescimento, é criada a "holding" Andrade Gutierrez S.A., estrategicamente estruturada para a engenharia e a construção, as telecomunicações e as concessões de serviços públicos. Várias subsidiárias desempenham suas atividades, focadas na missão do Grupo. A presença da Andrade Gutierrez é inarredável no desenvolvimento do Brasil.

A par de toda essa desenvoltura da nossa homenagem, gostaria de destacar também a participação ativa na política de outro membro da família Andrade, o Dr. José Maurício, irmão de Gabriel e Roberto. O Dr. Maurício, como é conhecido e chamado, foi integrante desta Casa por dois mandatos e, por três legislaturas, de 1955 a 1969, foi Deputado Federal, ininterruptamente. Figura respeitada e participante de momentos importantes e decisivos da história recente de Minas e do Brasil, viu, em seus 21 anos como legislador, o apogeu de JK e a mão pesada da ditadura.

Desgostoso, retira-se da vida pública e volta para a sua querida Arcos, cidade de que tão bem falou o Deputado Tiago Ulisses, que prestigia esta reunião - aliás, são tantos companheiros que hoje nos prestigiam que temos de reconhecer o valor, o peso e o reconhecimento da Andrade Gutierrez junto aos nossos pares. No entanto, vê sua esposa, D. Hilda, eleger-se Prefeita dessa cidade, por dois mandatos, e participa ativamente da administração municipal. D. Hilda, Prefeita aos 82 anos de idade. É de notar o admirável espírito público desse homem.

Rendo também homenagem ao Dr. Maurício, na pessoa de seu filho Eduardo, e à memória de sua esposa, D. Hilda. Hoje estamos aqui festejando todos esses fatos.

Sou privilegiado por participar dessa história. Não quero mais me alongar. Desejo que a Andrade Gutierrez continue a sua caminhada de sucesso. Desejo que esta noite fique marcada como uma data em que o povo das Minas Gerais, por seus representantes, homenageou uma empresa, de origem genuinamente mineira, que tem recebido reconhecimento mundial pela competência, inteligência e capacidade de bem

cumprir as suas obrigações. E o povo mineiro sabe o que quer, luta pelo que quer e alcança o que quer. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, e o Deputado Délio Malheiros, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, farão a entrega ao Sr. Otávio Marques de Azevedo, Presidente do Grupo Andrade Gutierrez, de placa alusiva a esta homenagem. O Deputado Alberto Pinto Coelho convida para participar também desta homenagem o Dr. Gabriel Andrade, sua esposa e a Conselheira Ângela Gutierrez. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "Em 1948, Flávio Gutierrez, Gabriel e Roberto Andrade criaram a Construtora Andrade Gutierrez, com a determinação e a coragem típicas dos jovens. Das pequenas obras na Capital mineira aos grandes empreendimentos nacionais e internacionais, o trabalho da empresa, origem do Grupo AG, sempre foi sinônimo de qualidade, desenvolvimento e modernidade. Pelos seus 60 anos de fundação, o Parlamento mineiro homenageia a Construtora Andrade Gutierrez, que leva os nomes de Minas Gerais e do Brasil ao mundo, sempre associados à 'competência que vence fronteiras'".

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Otávio Marques de Azevedo

Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Estadual Délio Malheiros, autor do projeto que hoje homenageia a Andrade Gutierrez; demais autoridades presentes; Deputados Estaduais presentes; senhores e senhoras, hoje é um grande dia para a Andrade Gutierrez. Estar aqui representando as famílias de Flávio Gutierrez, Roberto e Gabriel Andrade é uma honra que me deixa muito lisonjeado e, por que não dizer, orgulhoso. Os especialistas em administração e "marketing" gostam de dizer que histórias como a da Andrade Gutierrez são ótimos "cases" para serem estudados. Prefiro falar, como nosso querido Roberto Gutierrez, que nossa trajetória é um "causo" e um exemplo de como uma construtora, que começou pequenina em Belo Horizonte, nos idos de 1948, pode se transformar em um dos maiores grupos empresariais do Brasil. Digo isso com a satisfação e a segurança de um mineiro, belo-horizontino que sou, acompanhando de perto esta extraordinária história empresarial nos meus 40 anos de atividades profissionais, sendo os últimos 16 anos como parte do Grupo Andrade Gutierrez.

Temos vivido nas principais Capitais do País e do mundo, executando trabalhos diversos. Por onde passamos, aprendemos muito sobre as culturas locais, os trejeitos e sotaques dos cidadãos. Com isso nos tornamos uma empresa globalizada. No entanto, posso afirmar com convicção que a Andrade Gutierrez é mais mineira do que nunca, pois a nossa organização funciona exatamente como uma grande família mineira. Uma família que acolhe, agrega, respeita e valoriza suas raízes até no jeito de fazer negócios. Um jeito diferente de ser e de agir, mas sempre focado na eficiência e na qualidade. Tem sido assim desde que a Andrade Gutierrez foi criada. Roberto, Gabriel e Flávio tiveram a iniciativa de fundar uma construtora para, com ela, transformar o País. Durante muitos anos, contaram apenas com o sonho que os motivava, com o apoio da família e com o trator soberano. Vale lembrar que, na época, o mundo passava por um processo de reconstrução após o fim da Segunda Guerra Mundial. O Brasil era apenas um país rural, deficiente em infra-estrutura. Com pouco mais de 49 milhões de habitantes, possuíamos poucas estradas, faltava luz com frequência, e o telefone era privilégio de poucos.

Os primeiros contratos da recém-criada construtora foram executados aqui, em Minas Gerais. Nosso soberano escavou muita terra para a canalização de uma Belo Horizonte que se modernizava no ritmo das obras. Em pouco tempo, a ousadia, a determinação e uma visão de negócios impressionante estimularam os três fundadores a elevar a construtora a um outro patamar. Assim, em 1950, executaram a primeira obra fora de Minas Gerais: a terraplenagem da BR-3, a atual BR-040. Nas décadas seguintes, conquistaram São Paulo, com estradas que avançaram pelo interior. E assim partiram em direção a novas cidades e Estados e cruzaram fronteiras. Ao longo desses anos, construímos hidrelétricas, metrô, portos, aeroportos, refinarias e, evidentemente, milhares de quilômetros de estradas. Enfrentamos chuva, lama, florestas e solidão, chegando a locais aonde nenhuma companhia chegou. O que nos motivou a ultrapassar todas as barreiras? Uma capacidade inesgotável de superar e inovar. O consenso de idéias e opiniões também foi vital para o sucesso desse grupo. Nunca os sócios levaram para votação qualquer questão relacionada aos negócios: sempre houve o consenso. Ainda hoje é assim. As decisões do Conselho do Grupo são definidas em harmonia. É essa filosofia de trabalho, passada para os filhos e netos, que alimenta e move a Andrade Gutierrez.

Tivemos momentos ruins, sim, como toda grande empresa, mas soubemos transformar essas situações em oportunidades, colocando em prática o que ainda hoje considero nossa grande vantagem competitiva: a capacidade de reinventar o negócio. Para enfrentar uma crise sem precedentes na década de 90, quando os investimentos estavam concentrados em obras contratadas pelo poder público, a Andrade Gutierrez foi obrigada a descobrir novos caminhos. Em poucos anos, a construtora investiu a tendência histórica e passou a ter na carteira de clientes brasileiros, antes concentrada em contratos públicos, um volume maior de contratos com a iniciativa privada. Passamos a ser mais seletivos também nos contratos internacionais e crescemos com rentabilidade e foco. Diversificamos e conquistamos a confiança do mundo empresarial e enxergamos nos setores de telecomunicações e concessões dois grandes nichos de oportunidades.

Olhando o passado, posso afirmar que essa estratégica mudança na forma de enxergar o negócio da empresa foi o que transformou a Andrade Gutierrez em um dos maiores grupos privados do País. Nosso grupo cresceu quase 10 vezes na última década e criou um bem-sucedido projeto de diversificação, sem deixar de marcar presença no setor de construção - o ponto de partida de tudo.

A atuação da Andrade Gutierrez e de todo o seu grupo tem como base, como disse o Deputado Délio Malheiros, o tripé de valores empresariais: desempenho econômico, excelência e paixão. Como resultado desse bem-sucedido mantra, alcançamos uma confortável saúde financeira, que nos torna resistentes às crises. Temos dormido tranquilos, porém vigilantes, certos de que os desafios existem, mas podem ser superados.

Por tudo isso, tenho muito orgulho de estar aqui, dividindo com vocês essa história. Infelizmente não tive o privilégio de conviver com todos os fundadores, mas presencio diariamente o quanto do otimismo e da garra deles está presente nos nossos negócios, nas estratégias que desenhamos e no espírito de equipe que integra os sócios aos nossos colaboradores. Hoje, cada vez mais, tenho certeza de que há muito desse Grupo nas Minas Gerais; e muito, mas muito mais, das Minas Gerais nesse Grupo - principalmente quando falamos da nossa origem como autêntica família mineira e das características que nos foram legadas, como a tolerância, o respeito e a capacidade de se reinventar.

Senhoras e senhores, nós, da Andrade Gutierrez, agradecemos a oportunidade de estar aqui, na Casa do povo mineiro, para, na celebração destes 60 anos, renovarmos o compromisso com o crescimento de nosso Estado, por meio das atividades empresariais do nosso Grupo. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Otávio Marques de Azevedo, Presidente do Grupo Andrade Gutierrez e dileto amigo; Deputado Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e companheiro deste Parlamento; Deputado Federal Rodrigo de Castro, Secretário Nacional do PSDB; Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte, representando Márcio Lacerda, o Prefeito Municipal de Belo Horizonte; dileto amigo Robson Braga de Andrade, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -; Osvaldo Borges da Costa, Presidente da Codemig; Arlindo Porto, Vice-Presidente da Cemig e homem público referencial das Minas Gerais; Márcio Kangussu, Diretor de Operação da Copasa, Presidente da Copanor e ex-integrante do Parlamento mineiro, representando o Dr. Márcio Nunes, Presidente daquela importante empresa; meu dileto amigo Álvaro Teixeira da Costa, Presidente do jornal "Estado de Minas"; Cel. Bento Ferreira dos Santos Neto, representando o Gen. José Mário Faccioli, Comandante da 4ª Região Militar; ilustre companheiro de Parlamento e brilhante Deputado Délio Malheiros, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, na pessoa de quem saúdo os Deputados e as Deputadas presentes; Srs. Conselheiros, Diretores, Gerentes, funcionários, enfim, a família desta grande empresa Andrade Gutierrez; minhas senhoras e meus senhores, a instituição que estamos homenageando é um patrimônio da engenharia nacional. O nome Andrade Gutierrez suscita em qualquer um de nós a lembrança de uma empresa de sucesso, que nasceu e se consolidou em Minas Gerais e, em razão de sua competência e pioneirismo, expandiu-se pelos demais Estados brasileiros, pela América Latina e por vários países da Europa, Ásia e África.

Hoje, coincidentemente, demos posse solene a 166 jovens concursados, que iniciam uma carreira promissora nesta Casa, num certame que teve a participação de 60 mil candidatos. Sonho acalentado que nos remete ao sonho de um grupo de jovens empreendedores há algumas décadas: o de construir uma empresa que, no campo da engenharia, fosse símbolo de inovação, de excelência de seus serviços e de busca constante do aprimoramento.

As centenas de obras que consagraram a Andrade Gutierrez como uma das principais empresas brasileiras de construção pesada estão intimamente associadas ao processo de desenvolvimento e de modernização de Minas e do Brasil e também à exportação de nossa engenharia para quase todas as partes do mundo. Lembremos, em ordem cronológica - e aqui vale repetir o que foi citado anteriormente -, algumas obras nas quais a Andrade Gutierrez teve participação preponderante e que, de certa forma, compõem um breve resumo de sua história: na década de 50, a construção da BR-3, hoje BR-040, que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro e que abriu as portas para a atuação da empresa em outros Estados brasileiros; na década de 60, a construção da BR-319, ligando Manaus a Porto Velho, empreendimento que demonstrou sua capacidade de enfrentar grandes desafios, como a intensa precipitação pluviométrica da região e a densidade das florestas; na década de 70, a construção do metrô de São Paulo - origem da participação em outras malhas metroviárias, como as de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador - e a construção da Usina de Itaipu, a binacional concretizada em parceria com o Paraguai e que é hoje a maior hidrelétrica em operação no mundo; na década de 80, a construção da Rodovia do Congo, numa extensão de 134km, em meio aos múltiplos empecilhos encontrados na floresta africana, marco da entrada da empresa no mercado internacional.

No cenário de Minas Gerais, podemos citar, entre os empreendimentos que contam com a presença marcante da Andrade Gutierrez, o Aeroporto Internacional de Confins, o Túnel da Lagoinha, a siderúrgica Açominas, o Projeto Jaíba, os gasodutos do Vale do Aço e da Região Metropolitana de Belo Horizonte e as hidrelétricas de Nova Ponte, Irapé, Capim branco e Emborcação.

Entre as obras em andamento, a implantação do programa Luz para Todos, a ampliação e a modernização da Estação de Tratamento de Águas do Rio das Velhas, o Centro Administrativo do Estado e a duplicação da Avenida Antônio Carlos, ícones do dinamismo que tem impulsionado o desenvolvimento do nosso Estado e, particularmente, da nossa Capital.

É oportuno ressaltar que, por trás de tantas realizações, sempre estiveram presentes na trajetória da Andrade Gutierrez alguns princípios e diretrizes, como a competência, a criatividade, a valorização da força de trabalho, a integração com as comunidades, o compromisso com o meio ambiente, a responsabilidade social. Em resumo: a cultura da qualidade, entendida em suas múltiplas acepções e matrizes.

Não foi por acaso que ela se tornou um dos principais conglomerados empresariais do País, responsabilizando-se por grandes empreendimentos energéticos e por boa parte da infra-estrutura de transportes e contribuindo para a auto-suficiência brasileira na produção de petróleo. Da mesma forma, não foi por acaso que se tornou uma das maiores empresas do setor de construção pesada da América Latina, onde imprime sua marca em quase 20 países, e que conquistou mercados em quase todos os continentes.

Por tudo isso e pelo conseqüente reconhecimento obtido junto aos clientes, parceiros, meios de comunicação e público em geral, a Andrade Gutierrez recebeu, ao longo de sua história, dezenas e dezenas de prêmios de abrangência estadual, nacional e internacional. Para resumir-los, citaremos um antigo e um recente: o de melhor empresa brasileira da construção pesada nas décadas de 70, 80 e 90, concedido pela revista "Exame", e, no mês passado, o Prêmio Petrobras-Engenharia de Qualidade e Segurança, Meio Ambiente e Saúde para Empresas Contratadas, concedido pela Petrobras ao Consórcio Andrade Gutierrez-Mendes Júnior-KTY, encarregado da construção de unidades tecnológicas na Refinaria Gabriel Passos, com vistas à redução de poluentes da gasolina.

É importante lembrar, ainda, que a instituição que estamos homenageando ampliou tanto seus horizontes e seu mercado que se transformou em uma "holding", agregando ao tradicional ramo da engenharia os de telecomunicações, concessões públicas e energia, atuando sempre em posição de vanguarda em todos esses setores.

Diante de tamanha contribuição da Andrade Gutierrez ao desenvolvimento de Minas e do Brasil, aliando sempre a eficiência, a tecnologia e o compromisso com o interesse social, a Assembléia Legislativa não poderia deixar de homenagear essa empresa, que, fundada em 1948 por Flávio Gutierrez e pelos irmãos Gabriel e Roberto Andrade, está completando 60 anos de absoluto sucesso e vinculação com o progresso de Minas e do País.

Com muita satisfação, cumprimos, nas pessoas de Gabriel Andrade, Ângela Gutierrez e do Presidente da "holding" Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo - aqui, vou-me permitir uma digressão: como eu, Otávio Marques de Azevedo; o Prefeito da Capital, Márcio Lacerda; seu Secretário de governo e representante, Josué Valadão; o Subsecretário Geraldo Pessoa; e o Diretor Executivo do Instituto Flávio Gutierrez, Paulo de Tarso, somos egressos do corpo técnico e gerencial da ex-Telemig -, os representantes da instituição aqui presentes, estendendo esta homenagem a todos aqueles que contribuíram e aos que continuam contribuindo para a construção da sua bela história. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra os trabalhos, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de quinta-feira, dia 26, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/2/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de

Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.175/2007; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; discursos dos Deputados Weliton Prado e Doutor Rinaldo; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Direitos Humanos - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.560/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 2.177 e 2.298/2008, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite, os Projetos de Lei nºs 1.874/2007 e 2.578/2008, que receberam substitutivos e emendas na referida reunião e foram devolvidos respectivamente às Comissões do Trabalho e de Administração Pública, para parecer, e fez retirar o Projeto de Lei nº 972/2007, que, na mesma reunião, teve sua discussão adiada por cinco dias.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.175/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer, a Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria ao Deputado João Leite. **Com a palavra, o Deputado João Leite, para** emitir seu parecer.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.175/2007

Relatório

De autoria da Deputada Ana Maria Resende, o Projeto de Lei nº 1.175/2007 dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública.

A proposição foi apreciada, preliminarmente, pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria. Em seguida, o projeto foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos, que perdeu o prazo para emitir seu parecer.

Incluído o projeto na ordem do dia para apreciação, nos termos do art. 145 do Regimento Interno, o Presidente da Assembleia designou este Deputado como relator, para, em 24 horas, emitir parecer sobre a matéria.

Fundamentação

A proposição em exame determina que os oficiais de registro civil das pessoas naturais remetam, mensalmente, ao núcleo da Defensoria Pública da respectiva circunscrição a relação por escrito dos registros de nascimento, lavrados em seus cartórios, nos quais não conste a identificação de paternidade. Determina, ainda, que essa relação deva conter todos os dados informados no ato do registro de nascimento, especialmente o endereço da mãe do recém-nascido e o nome e o endereço do suposto pai, se este tiver sido indicado pela genitora quando da lavratura do registro. A proposição estabelece também que deverá ser informado, na lavratura desses registros, que a genitora têm o direito de propor, em nome da criança, a competente ação de investigação de paternidade visando à inclusão do nome do pai no referido registro de nascimento.

A essência do projeto é dar ciência à Defensoria Pública dos casos de crianças registradas sem identificação do pai, para que, dentro de suas atribuições institucionais, possa aquele órgão interpor as competentes ações de investigação de paternidade em favor das crianças.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, ratificada pelo Brasil em setembro de 1990, determina que a criança será registrada imediatamente após o seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, ao conhecimento de seus pais e aos cuidados deles. Determina, ainda, que quando uma criança se vir privada ilegalmente de algum ou de todos os elementos que configuram sua identidade, os Estados partes deverão prestar assistência e proteção adequadas com vistas a restabelecer rapidamente sua identidade.

A Constituição Federal, no art. 229, consagra o princípio da paternidade responsável, ao assegurar que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores. Estabelece, ainda, em seu art. 227, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar, colocando-os a salvo de toda forma de discriminação, vedando expressamente as designações discriminatórias relativas à filiação.

Convém ressaltar que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069, de 1990 –, o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercido contra os pais ou seus herdeiros, sem restrição, observado o segredo de justiça.

O reconhecimento de paternidade geralmente é feito no ato do registro, mas pode ser realizado a qualquer tempo, seja por escritura pública, seja por instrumento particular, seja por, manifestação direta e expressa perante um Juiz. Pode ainda ocorrer judicialmente, em ação de investigação de paternidade.

Assim, verifica-se que a proposição em análise deve prosperar nesta Casa, uma vez que configura um mecanismo que visa a facilitar às pessoas o direito ao reconhecimento de sua filiação. Ademais, conforme justificção da autora do projeto, é importante para a criança ter em seu registro de nascimento o nome do pai, já que poderá eventualmente fazer valer o dever de assistência material por parte deste, especialmente na ausência da mãe.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.175/2007.

O Sr. Presidente - Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Deputado José Henrique, parabeno o relator João Leite e especialmente a autora do projeto, Deputada Ana Maria Resende. Realmente o projeto é muito importante: a criança tem direito de saber quem é seu pai, e que o exame de DNA seja feito, ao nascer. Muitos adolescentes e adultos ficam traumatizados por crescerem sem saber quem é seu pai, e, muitas vezes, a mãe não tem condições de fazer exame de paternidade. O projeto, do ponto de vista social, realmente tem grande alcance. Portanto, mais uma vez, parabeno a autora do projeto e espero que ele seja aprovado. Estamos encaminhando favoravelmente a ele. Votaremos pela aprovação do projeto do DNA gratuito. Esperamos que o Governador o sancione o mais rápido possível.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Doutor Rinaldo.

O Deputado Doutor Rinaldo* - Sr. Presidente, nós, do Bloco, apresentamos uma emenda ao grande projeto da Deputada Ana Maria Resende apenas para melhorá-lo um pouco. Como em várias cidades não existe Defensoria Pública, acrescentamos: "que seja encaminhado à Defensoria Pública ou a outro órgão responsável pelos direitos das crianças". Também acrescentamos na emenda que o poder que for acionado tome providências para colocar no registro da criança o nome do pai, assim que comprovado por meio de DNA ou outros exames. Foi essa a emenda que apresentamos.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.175/2007

Dê-se ao "caput" do art 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Os oficiais de registro civil das pessoas naturais do Estado ficam obrigados a remeter, mensalmente, ao núcleo da Defensoria Pública ou outro órgão público responsável pela proteção da criança e do adolescente existente em sua circunscrição relação por escrito dos registros de nascimento, lavrados em seus cartórios nos quais não conste a identificação de paternidade, para que tomem as providências necessárias relativas a identificação e inclusão do nome do pai no registro de nascimento."

Sala das Reuniões, 19 de fevereiro de 2009.

Inácio Franco

Justificção: Em sua forma original, o dispositivo prevê somente que o oficial do cartório de registro civil remeta à Defensoria Pública a relação dos registros de nascimento em que não conste a identificação da paternidade. Entretanto, entendemos que não só a Defensoria Pública seria responsável pela tutela dos interesses das crianças e adolescentes que a referida proposição busca resguardar, mas também outros órgãos públicos, como, por exemplo, o Ministério Público e o Juizado da Infância e da Juventude.

Por essas razões entendemos que referida alteração no dispositivo da proposição contribuirá para o seu aperfeiçoamento, tornando a lei mais eficaz, genérica e perene.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do Deputado Inácio Franco, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Direitos Humanos, para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.560/2007, do Deputado Juninho Araújo, que torna obrigatória às construtoras e às imobiliárias a especificação da tensão da rede elétrica nos respectivos pontos de energia dos imóveis que serão vendidos e alugados. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.560/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Defesa do Consumidor.

Questões de Ordem

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, antes de continuarmos o processo de votação, quero registrar a imensa alegria que todos os brasileiros - tenho certeza, os Deputados e as Deputadas - tiveram ontem com a notícia da alta do Vice-Presidente, nosso conterrâneo querido, José Alencar. O nosso Vice-Presidente tem uma folha de serviços prestada a este país como homem, como empresário, como líder de classe e, principalmente hoje, na função tão bem-exercida e compartilhada com o Presidente Lula, de governar o nosso país. O exemplo do Vice-Presidente José Alencar é para todos nós; é um exemplo de homem público que teve e tem a capacidade de compreender as necessárias transformações do Brasil e sua sociedade, que teve a generosidade de emprestar todo o seu prestígio, toda a sua experiência, toda a sua maturidade, já em 2002, na construção de uma grande aliança que possibilitou a chegada ao governo brasileiro de um conjunto de forças políticas, capitaneada pelo PT, na pessoa do Presidente Lula, que tem promovido mudanças estruturais em nossa economia, sobretudo no combate ao enfrentamento da desigualdade social e à pobreza. O Vice-Presidente José Alencar tem hoje o respeito de todos nós, o respeito por um homem que, sem abrir mão das suas convicções, como na questão dos juros, é extremamente solidário a um projeto de governo em todas as horas, até nas horas mais difíceis em que muitos setores quiseram gerar alguma contradição no interior do próprio governo, num momento de crise política no ano de 2005. O nosso Vice-Presidente estava lá sempre solidário, sempre na defesa do projeto que a urnas escolheram para o Brasil em 2002 e que foi referendado em 2006. Ontem, quando o nosso Vice-Presidente saiu do hospital e disse que espera, a cada dia concedido de vida por Deus, ser reconhecido no sentido ético, no sentido mais nobre da vida, que é o sentido da nossa existência, só temos a dizer ao nosso Vice-Presidente que o que ele já fez para o Brasil já é motivo de muito orgulho. Com certeza, Deus lhe concederá ainda muitos dias, para que ele, com essa determinação, com essa leveza de espírito e alma, possa continuar como Vice-Presidente, como cidadão, como empresário, como liderança política, sempre a inspirar todos nós, líderes políticos, empresariais e sociais e também cidadãos. O nosso Vice-Presidente deu um exemplo de como enfrentar situações adversas, mesmo aquelas que atingem um território que escapa da política, da economia ou da área profissional. Digo, com toda sinceridade, que ontem fiquei muito emocionado, porque o Brasil precisa muito do Vice-Presidente José Alencar, não só como Vice-Presidente, mas com o seu exemplo. A força demonstrada pelo nosso Vice-Presidente é a força que deve inspirar a todos nós. Vice-Presidente José Alencar, que Deus lhe conceda muito tempo de vida porque o Brasil precisa de V. Exa.!

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, quero somar as minhas palavras às do Deputado André Quintão nessa homenagem ao nosso Vice-Presidente José Alencar. Lembro-me de quando aqui estive, numa reunião em que foi homenageado, quando o chamamos de Shindler brasileiro pela coragem que teve, naquele instante histórico do Brasil, de integrar, como empresário, uma chapa tida como esquerda e muitas vezes glosada como uma participação estranha à política brasileira. No entanto, José Alencar foi o homem que abriu as portas para que, naquele instante, o empresário brasileiro entendesse a candidatura do Lula e lhe desse vitória. Funcionou como um Oskar Schindler no Brasil, abrindo sobre seus braços os companheiros que muitas vezes não recebiam a devida atenção da população brasileira. Logo, abriu espaços e possibilitou que Lula fosse Presidente do Brasil. Além do restabelecimento do Vice-Presidente José Alencar, temos outra alegria. Hoje, no Palácio da Liberdade, a partir das 11 horas, assinaremos ordem de serviço para obras da Copanor. A empresa foi criada ao longo de 2007 com a participação dos Deputados e terá sede em Teófilo Otoni, minha terra, por deferência da bancada do Norte, que tinha todo o direito de requerer a sede da Copanor. Agradecemos à bancada norte-mineira o trabalho conjunto, que permitiu a sede da Copanor em Teófilo Otoni, sobretudo, o trabalho, o empenho de cada Deputado que visitou Prefeituras a fim de acelerar os projetos de lei que autorizariam o seu ingresso na Copanor, dando a 632 localidades que têm entre 200 e 5 mil habitantes a oportunidade única, histórica de ter em Minas Gerais o maior e melhor projeto de saneamento básico da história do Brasil. São 632 localidades que receberão rede de esgoto tratado, rede de água tratada, num esforço gigantesco do governo Aécio Neves para dar àquela região de Minas um diferencial, reduzindo-se não só as dificuldades de abastecimento de água, mas também as doenças de origem hídrica e outras oriundas de esgotos que correm a céu aberto e que contaminam a população com os mais diversos tipos de verminose. Convocamos os companheiros para, logo após esta reunião, comemorarmos juntos esse fato histórico no Palácio da Liberdade, ao lado do Governador Aécio Neves, às 11 horas.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, no momento em que o assunto mais tratado, nos últimos tempos, é a crise financeira internacional, certas atitudes, especialmente as proativas, são de fundamental importância. Ainda ontem, o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim deu um grande exemplo de como se deve enfrentar a crise financeira internacional. O Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, a Fiat Automóveis e mais 14 montadoras firmaram um acordo coletivo, ainda que modesto, mas trata-se de um bom exemplo. O acordo garante emprego e salário até o dia 10 de março. São apenas 20 dias, mas a atitude mostra que, para enfrentar a crise, é preciso conter demissões; para enfrentar a crise, é preciso continuar produzindo; para enfrentar a crise, é preciso continuar a manutenção do mercado interno. Nos últimos anos, a indústria automobilística no Brasil, especialmente a Fiat Automóveis, bateu todos os recordes de produtividade. A Fiat é a empresa que mais tem produzido e vendido carros no País. Hoje, para se comprar um carro popular ou um modelo um pouco mais sofisticado, espera-se na fila das concessionárias entre 40 e 90 dias; logo, não faz sentido, no primeiro sintoma da crise, falar em demissão. O acordo firmado entre a Fiat Automóveis e o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim é um grande exemplo para garantir o emprego do trabalhador. No dia 10 de março, eles voltam a se reunir, trabalhadores e empregadores, para, quem sabe?, prorrogar o acordo e continuar a garantir postos de trabalho. Isso é importante, Sr. Presidente, e me chamou a atenção, especialmente pelas características da economia de Minas Gerais de ser exportadora de minério, produtora de automóveis, de "commodities" agrícolas e da indústria têxtil, que foram fortemente atingidas. Ontem, o resultado da reunião dos diversos órgãos dos Poderes do Estado de Minas: Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e o Ministério Público era esperado por todos. Confesso a V. Exa. que o resultado da reunião pareceu aquele velho ditado: "A montanha pariu um rato". Essa reunião dos três Poderes resultou no velho discurso neoliberal de conter custos e cortar gastos. Estamos preocupados, porque não se ouviu a palavra investimento ou sobre o que Minas fará para enfrentar a crise. Não se ouviu do Governador do Estado nenhuma postura firme de qual será o enfrentamento por investimento. O governo do Estado poderia pegar o exemplo da Fiat Automóveis, dos metalúrgicos de Betim, e usá-lo para as demais empresas deste Estado, as estatais e as empresas privadas. Não utilizaram, por exemplo, o mesmo procedimento do Presidente Lula, que, em todas as reuniões do seu Ministério para discutir a crise, ao final, divulga um plano de investimento. O Presidente Lula sempre anuncia o aumento de investimentos no PAC, o aumento do número de casas populares a serem construídas neste país, a redução do IPI dos automóveis para aumentar sua venda, a garantia do aumento do salário mínimo e o aumento dos benefícios previdenciários. É assim que o mundo tem demonstrado que tem de enfrentar a crise. É assim que os Estados Unidos da América, o pai, a mãe, o avô e o bisavô da crise, também estão apontando. Minas Gerais simplesmente anuncia que tem de conter custos e cortar gastos. O que é pior, Sr. Presidente, esta "Casta Legislativa" e sua Mesa estão indo pelo mesmo caminho. Ontem, anunciaram o corte de investimentos, como, por exemplo, a realização do Fórum da Educação, que tinha etapas regionalizadas previstas em oito cidades, mas estão suspensas por enquanto. Tivemos uma conversa com o Presidente desta Casa e queremos demovê-lo desta idéia, porque esta Casa não pode cortar justamente em cima do povo. Esperamos que as etapas regionais do Fórum da Educação não sejam cortadas de imediato e que possamos encontrar uma saída mais adequada. Para enfrentar a crise, o melhor caminho é aumentar os investimentos, e não seguir o velho receituário neoliberal de cortar na carne do trabalhador e do povo.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ratificando as palavras do Deputado André Quintão, manifesto nossa satisfação em ver ontem, a presença marcante do Vice-Presidente José Alencar. Nestes dias, o Brasil tem acompanhado seu estado de saúde por sua honorabilidade extraordinária, por seu perfil, dignidade, e exemplo de vida e coragem, como um dos maiores empresários do setor têxtil que fez de Minas e de sua Muriaé, com suas indústrias, um exemplo para todo o Brasil e para o mundo. Mas vem agora renovado o Vice-Presidente, quando manifesta com alegria sua recuperação, entregando sua vida a Deus, manifestando publicamente, o que nos encheu de emoção, que a sua vida, Deus desejando, a qualquer momento lhe pertence. Mas é necessário que possamos fazer uma reflexão sobre tudo isso. Durante esses poucos dias em que lá esteve, o Vice-Presidente recebeu milhares de visitas que estiveram à porta do hospital. Assim, percebemos que sua trajetória como grande político, cidadão, grande marido, grande pai, é o exemplo para todos. Em nome do PSDB expresso a alegria ao ver nosso Vice-Presidente lúcido, alegre, de bem com a vida, mesmo passando por tantos momentos delicados

como a recente cirurgia. Tenho a certeza de que sua recuperação será franca. Minas torce para que ele possa, o mais rápido possível, responder às ações do povo do Brasil. Também cumprimento o Governador Aécio Neves, que ontem se reuniu com os Presidentes da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, no Palácio da Liberdade. Não estive lá, mas pelo que li nos jornais pude perceber sua preocupação em não cortar nenhum investimento que tem feito. Tanto isso é verdade, que, conforme as palavras do Deputado Getúlio Neiva, Minas não pára. Exemplo disso são os investimentos no Coapanor. Todos os dias, Minas faz investimentos. Os cortes não serão feitos na carne. De acordo com esse comando de austeridade, Minas tem-se preocupado. Hoje, o Governador vai ao encontro de todo o secretariado, para manifestar novos investimentos para Minas, como tem feito. É necessário que se diga que Minas está se preparando para, após o carnaval, viver um novo momento no setor tributário, mais especificamente no que concerne à carga tributária do IPI. Com certeza, serão anunciados investimentos de acordo com um cronograma. Nosso Governador cumpre o que promete. Diga-se de passagem, nenhum dos investimentos jamais foi paralisado ou suspenso por sua determinação. Prova disso é que nenhum programa do Pró-Acesso foi suspenso, mesmo diante dessa crise. Aécio Neves já anunciou novos investimentos. Cumprimento o Governador por sua atitude. O maior e melhor Governador deste país está, sem dúvida alguma, adequando-se para que essa nuvem cinzenta que paira sobre o Estado de Minas Gerais seja passageira. Nós, mineiros, confiamos que nosso Estado está em ótimas mãos, seguras, corretas e determinadas, para que Minas continue sendo exemplo para o Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, queremos retomar o que nós já consideramos uma cantilena nesta Casa que é a manifestação pela urgência da retomada do Programa Luz para Todos. Neste momento é preciso reativar a dinâmica econômica em que o governo federal vem insistindo, propondo ações novas nessa direção. O Programa Luz para Todos, tão importante, está interrompido há um ano e meio em Minas Gerais. Vamo-nos pronunciar todos os dias nesta Casa, até que sua retomada seja plena e efetiva. Há meses, a Cemig vem anunciando para o próximo mês, para a próxima semana, a retomada do Programa Luz para Todos, o que ainda não ocorreu. Sabemos que já há um contrato da Cemig assinado com a Eletrobrás de 52 mil novas ligações, muito aquém da necessidade da demanda real, em nossa análise, com valores pactuados de R\$7.500,00 por ligação. Mas é preciso novamente registrar ser inadmissível que um programa dessa natureza esteja parado, principalmente num momento crítico como este, em que a economia mineira já dá sinais claros da necessidade de ser novamente dinamizada. É um programa amplo, importante, que mobiliza volumes muito grandes de recursos que são levados ao interior e gera empregos por meio de uma rede de contratações. E esse programa encontra-se dormindo não sei exatamente onde, em alguma gaveta, em alguma instância. É preciso levá-lo até a ponta imediatamente. Reconhecemos que a Cemig tem uma gestão atualizada, moderna, reconhecida, mas não conseguimos entender como uma empresa com essas referências, com esse reconhecimento e com uma gestão de excelência consiga deixar o Programa Luz para Todos interrompido por mais de um ano e meio. E o pior: sem motivação explícita, porque as informações, tanto do governo federal quanto do estadual, dão conta de que não faltaram e não faltam recursos para a sua implementação e a sua viabilização. Queremos ainda, Sr. Presidente, registrar que o Presidente Lula vem fazendo esforço para dinamizar, movimentar a economia e valorizar o mercado interno. O Presidente Barack Obama tenta fazer o mesmo no mercado interno do seu país, para criar novamente uma dinâmica econômica. Aqui, em Minas Gerais, muitas e muitas ações do governo federal estão em curso. Uma delas, que é silenciosa por estar em fase de implementação, de construção, é representada pelas unidades dos centros federais de educação tecnológica: os Cefets, agora conhecidos como Ifets. E, em nossa região, temos duas dessas obras a pleno vapor: uma unidade em Paracatu e outra em Arinos, levando às bacias mineiras do Rio São Francisco, Bacia do Rio Paracatu e Bacia do Rio Urucuia, a oferta do ensino técnico profissionalizante, fundamental para dar sustentação efetiva, criar mão-de-obra qualificada e dinamizar a vocação econômica dessas duas regiões. Agradecemos a oportunidade, Sr. Presidente. Esperamos ter, como vem sendo aqui anunciado, a mesma ação incisiva, forte, por parte do governo do Estado nessa direção. Muito Obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Manifesto também a minha satisfação e minha alegria ao tomar conhecimento, por meio da televisão, da alta hospitalar do nosso grande Vice-Presidente, o mineiro José Alencar, que tem no seu currículo uma vida de empresário e de político dedicada a Minas Gerais e ao Brasil. Parabenizamos José Alencar por todo o seu trabalho, pelo seu otimismo, pela sua persistência, sobrevivendo com alegria, o que é bom para todos nós e para sua família, dando-nos uma lição de otimismo, fazendo-nos acreditar na medicina, que tem prolongado a sua vida no Hospital Sírio-Libanês. Devemos nos lembrar dos médicos e da equipe que o assistiu, desejando ao Vice-Presidente uma vida longa, sob os influxos das bênçãos de Deus, para o nosso bem e o de todo o Brasil. Mas ele está resignado. Em qualquer momento que Deus o chamar, com certeza estará preparado. Mas para a nossa alegria, acho que ainda terá vida longa. Em segundo lugar, quero pedir permissão ao Deputado Carlin Moura para discordar da sua posição com relação à Mesa, com relação ao Governador. Essa reunião foi uma providência imediata para mostrar como Minas Gerais ficará diante dessa situação de depressão financeira e econômica que estamos vivendo. O mundo é cíclico, mesmo do ponto de vista econômico. Em 1929, 1930, Roosevelt deu um exemplo para o mundo. Como disse Barack Obama, que é também um democrata, todos os países do mundo estão alinhados nessa espiral neoliberal em que a falta de lastro acabou causando esse desastre da quebra da geral. Aliás, os Estados Unidos devem ser o pai disso, porque é a maior economia do mundo, mesmo que os outros países não estejam distantes dessa realidade, inclusive a própria Rússia. Porém, os países subdesenvolvidos sofrem mais. Queremos entender que o Presidente Lula tem o mesmo pensamento do Governador Aécio Neves. Não há diferença. Essa crise traz repercussões em todos os Poderes. Já houve, por parte do governo, a não-promessa de verbas suplementares, porque não temos lastro nem arrecadação. A previsão é que a arrecadação caia no mundo inteiro. Então, como a Assembleia manterá determinados caprichos? Caprichos não, porque são direitos do cidadão. Como o Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, não se encontra presente, mas V. Exa. se encontra, quero dizer que tivemos uma reunião com os Líderes e que ficou bem-caracterizada a prudência da Mesa, por meio do Presidente, que, no primeiro momento, não fará nenhum corte. Mas há um custeio inevitável que tem de ser priorizado. No primeiro momento, não haverá corte de investimento, mas um alerta. E os investimentos estão acontecendo em Minas Gerais - no governo federal também não é diferente -, haja vista as estatísticas de todos os indicadores sociais. Não podemos ter posição ideológica no momento em que a crise é de todos. Discordo do Deputado Carlin Moura, porque esse Fórum da Educação não será realizado como foi previsto, ou seja, no interior, em todos os lugares. Aliás, está até havendo disputa entre oito cidades. Outros Deputados, inclusive eu, solicitem a realização do fórum na própria terra, mas isso não será possível. Não há problema: faremos a reunião e traremos o povo para dentro da Assembleia, centralizando-se, assim, esse fórum decenal da educação, que é tão importante para que todos tomem consciência de que a educação e a saúde têm de ser sempre discutidas e acompanhadas. O fórum vai acontecer. O que não pode faltar - como já aconteceu quando precisávamos fazer audiência pública no interior - é o custeio. Antes de mais nada, precisamos manter esse custeio e os investimentos para que o povo possa vir a este Parlamento, que é a sua casa, apesar de não interferir nos trabalhos. Portanto, acho que essa crítica não veio em boa hora. Nesse momento de crise, temos de ser prudentes para estabelecer uma verdadeira comunhão e resistir a esse vendaval. Quanto à fala do Deputado Almir Paraca, quero propor imediatamente requerimento para ser votado na Comissão de Minas e Energia, a fim de convidar as pessoas de direito envolvidas com o Luz Para Todos. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência, verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/2/2009

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Padre João; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.556/2008; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.723/2007; discurso do Deputado Padre João; apresentação das Emendas nºs 1 a 5; encerramento da discussão; encaminhamento das emendas com o projeto à

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 2.177 e 2.298/2008, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite, os Projetos de Lei nºs 1.874/2007 e 2.578/2008, que receberam substitutivos e emendas na referida reunião e foram devolvidos, respectivamente, às Comissões do Trabalho e de Administração Pública, para parecer, e o Projeto de Lei nº 972/2007 que, na mesma reunião, teve sua discussão adiada por cinco dias. Fez retirar, ainda, os Projetos de Lei nºs 1.560/2007, apreciado na extraordinária realizada hoje, pela manhã, e 1.175/2007, que, na mesma reunião, recebeu emenda e foi devolvido à Comissão de Direitos Humanos, para parecer.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.556/2008 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.556/2008, da Deputada Gláucia Brandão, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados para crianças portadoras de deficiência nos locais que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 2. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.556/2008 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão do Trabalho.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.723/2007, do Deputado Wander Borges, que estabelece a Política Estadual Habitacional de Interesse Social. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Assuntos Municipais, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, tenho também a alegria de cumprimentar o nobre Prefeito de Conselheiro Lafaiete, José Milton, que foi nosso colega nesta Casa, desejando-lhe um excelente governo. É importante destacar, Sr. Presidente, que Conselheiro Lafaiete é o Município-pólo do Alto Paraopeba. E, na verdade, o primeiro consórcio do Brasil de desenvolvimento regional foi na região de Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco, Jeceaba e São Brás. Testemunhamos o bom entendimento entre os Prefeitos do PT: Prefeito Anderson, de Congonhas; Prefeito Pe. Rogério, de Ouro Branco; Prefeito Júlio, de Jeceaba; Prefeito Luiz Carlos, de São Brás do Suaçuí, sempre mantendo esse projeto regional. Agora ocorreu a entrada do Prefeito José Milton, de Conselheiro Lafaiete. Desejo-lhe sucesso, José Milton. Faça um bom governo e conte conosco. Com certeza, os outros Deputados somarão esforços, e poderemos aprimorar uma série de serviços, incluindo o Corpo de Bombeiros, pois estamos discutindo o assunto há mais de dois anos. É muito importante para Conselheiro Lafaiete e para a região ter ali o Corpo de Bombeiros. Conte conosco. Quero também cumprimentar o Deputado Wander Borges, autor do Projeto de Lei nº 1.723/2007, que estabelece a Política Estadual Habitacional de Interesse Social. Já debatemos esse tema em várias audiências públicas. E as próprias audiências públicas, com a participação dos movimentos sociais de moradia, trouxeram contribuições para o aprimoramento desse projeto. Infelizmente, deixei para a última hora o substitutivo e pude perceber algumas lacunas, por essa razão estamos apresentando emendas neste Plenário. A moradia é um grande sonho do cidadão. A pessoa quer ter sua casa própria. Companheira Maria Tereza Lara, é muito interessante: quando uma pessoa é premiada ou ganha um volume de dinheiro, ao ser interrogada sobre o que fará com ele, sempre diz que vai comprar uma casa para ela ou para a mãe. A casa é sempre um sonho de todos, mas muitos nem sempre têm renda.

Infelizmente muitas pessoas falecem sem realizar esse sonho. São milhões de pessoas, de famílias, que não conseguem realizar esse sonho. Então, se não houver sensibilidade e iniciativas, por meio de programas, nunca garantiremos a dignidade para essas famílias. Por quê? Não vive em paz quem mora em barracão. Não tem paz quem paga aluguel, cujo valor oscila muito. As contas de luz e água são muito altas, absorvem grande parte do salário, e a pessoa ainda tem de pagar o aluguel.

Deputada Rosângela Reis, costumo dizer que uma das maiores injustiças da sociedade é o aluguel. As pessoas mais pobres pagam por um imóvel que nunca será delas, justamente pela ausência de programas. Nesse caso, quando há programa de interesse social, como o projeto de lei que estamos discutindo, conseguimos adotar essa política em Minas Gerais. O governo tem de facilitar a aquisição de imóvel. O que a família paga de aluguel pagará de prestação, mas para um imóvel que fará parte do seu patrimônio. É necessário um planejamento no âmbito do Estado. Cada Município tem de ter o seu planejamento, para erradicar essa grande injustiça e dar condições à família de ter a sua casa própria. Cumprimentamos o colega Deputado Wander Borges pela iniciativa de uma política habitacional de interesse social em Minas Gerais. Já existem várias iniciativas nesse sentido. Eu estava presente no Fórum Social Mundial, e o próprio Presidente Lula anunciou 1 milhão de moradias, que serão construídas por meio de várias parcerias entre Prefeituras e governo do Estado com os movimentos sociais. Hoje, quando falamos de movimento social, ainda reconheço que os movimentos mais organizados, não só em nível de Brasil, mas até de toda a América, são o MST, o MAB, e depois vem o movimento por moradias. Estão organizados em todo o País; em vários Municípios de Minas Gerais, temos os movimentos por moradias. Aliás, contribuíram para o substitutivo desse projeto. É, assim, um dos parceiros que o Presidente Lula assegurou. O próprio Presidente, logo depois do Fórum Social, recebeu os movimentos de moradias, precisamente no dia 4 de fevereiro. Eram a União Nacional por Moradia Popular, a Confederação Nacional das Associações de Moradores, a Central dos Movimentos Populares e o Movimento Nacional de Luta por Moradia. A reunião durou cerca de 2 horas e, além do Presidente, contou com a presença do Ministro Luiz Dulci; do Ministro das Cidades, Márcio Fortes; do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; da Secretária de Habitação, Inês Magalhães; da Sra. Alexandra, da Secretaria do Patrimônio da União; e do Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal. Lá ele reafirma o total de 1 milhão de casas que havia anunciado em Belém e menciona apenas os ajustes necessários, reafirmando confiar na parceria com os movimentos sociais. Faz menção também ao reajuste das taxas de juros e seguros do programa com o objetivo de facilitar ainda mais para os mais carentes. Quando falamos da habitação de interesse social, que é a política que está sendo abordada no Projeto nº 1.723/2007, queremos destacar o crédito solidário e a produção social da moradia. Daí a necessidade de ampliação de recursos. Lula comprometeu-se a viabilizar aporte de recursos para a continuidade do crédito solidário. Os movimentos informaram que a paralisação geraria, de fato, um grande desgaste para eles e até mesmo para os governos. Para o Programa Social de Moradia, estão garantidos 150 milhões para 2009 e igual valor para 2010, embora a demanda dos movimentos chegue a 500 milhões para cada ano. Aqui em Minas - está no projeto -, temos uma demanda muito reprimida. Em sua justificativa, o próprio projeto traz alguns dados, mas queremos apresentar uma atualização dos mesmos. O déficit nacional de habitação é de 8 milhões de moradias. O Estado de Minas Gerais está em 2º lugar, perdendo apenas para o Estado de São Paulo, que tem um déficit acima de 1 milhão de moradias, das quais a maior parte é nas áreas urbanas, representando aproximadamente 10% do total nacional. De acordo com dados da Fundação João Pinheiro, São Paulo acumula em torno de 17% do total do déficit nacional. Nas audiências públicas realizadas na Comissão de Assuntos Municipais, iniciativa nossa em parceria com a União Estadual de Moradia Popular - Uemp - com a Caixa Econômica Federal, com a Cohab, com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia e com a Central de Movimentos Populares, foi questionado o número de unidades habitacionais produzidas pela Cohab. Foi estimada a construção de 20 mil moradias. Porém, segundo dados da Cohab, só foram construídas 8 mil moradias no valor previsto de R\$648.167.156,00. Além da observação dos movimentos que avaliam o sistema como injusto, pois, em contrapartida, os Municípios entram com os terrenos, infra-estrutura urbana, sem o apoio da Cemig ou da Copasa, os moradores têm de devolver em até 20 anos o recurso aplicado pela Cohab. Caso contrário, é preciso voltar às filas da assistência social dos Municípios, que já deram um valor alto na contrapartida, uma vez que um terreno urbanizado ultrapassa R\$5.000,00, sem contar o valor da infra-estrutura, que, por unidade habitacional de interesse social, custa aproximadamente R\$6.000,00, R\$8.000,00. Se se quer, de fato, desenvolver com responsabilidade, não construindo amontoados sem nenhuma infra-estrutura - o que a Caixa hoje não aprova mais -, as coisas realmente não são fáceis. Segundo dados da Cohab, nos seis anos do governo Aécio, o Estado produziu 8 mil unidades. Pelos recursos previstos no PPAG para 2009, 2010 e 2011, produzirá 6.873, 7.702 e 8.579, respectivamente. Isso comprova que, em apenas três anos, o Estado teria de produzir cinco vezes mais o que produziu em seis anos. Instrumento da audiência pública apontou que o Estado precisaria atingir novos métodos de convênio, menos injustos, mais transparentes e democráticos, ampliando a participação dos movimentos populares, universalizando o acesso a todos os Municípios de Minas Gerais. Cumprimento, pois, o Deputado e Secretário Dilzon Melo pela sensibilidade, pois programas que eram voltados apenas para grandes cidades agora estão contemplando Municípios menores, com a construção de moradias. O grande desafio é como desburocratizar as parcerias com as entidades e com os próprios Municípios, a fim de garantir agilidade no processo. Mesmo com o recurso já depositado em conta, muitas vezes ele demora 4, 5, 6, até 10 anos, para ser liberado. Às vezes são necessárias tantas outras alternativas para não perder o recurso, porque a falta de parceria é mais ajustada, mais afinada em relação à infra-estrutura, em relação à própria forma de construção, se sem mutirão ou com parceria do Município.

Outro ponto: que a Política Estadual Habitacional de Interesse Social passasse a financiar e subsidiar diretamente as políticas habitacionais de interesse social do Estado. Não é possível que, com o tamanho do déficit de moradia que temos, apenas a Cohab concentre esforços ou recursos para a sua diminuição. O Presidente Lula sancionou, em dezembro de 2008, a lei de gratuidade do serviço de engenharia e arquitetura pública para a população de baixa renda. De acordo com as previsões do PPAG de Minas para 2009 a 2011, o governo do Estado está na contramão desse serviço que está sendo disponibilizado pelo governo federal a municípios, que colocará em prática as exigências do Estatuto da Cidade, a Lei Federal 10.257, de 10/7/2001, e dos planos diretores, agora com os desafios dos planos municipais e estadual de habitação de interesse social, com recursos para mais de 150 Municípios mineiros para a elaboração dos planos municipais de habitação, com prazo de conclusão até dezembro deste ano.

Sr. Presidente, colega Wander Borges, autor do projeto, é com esse objetivo que estamos apresentando algumas emendas ao art. 8º do projeto que diz que "na construção de unidade ou de empreendimento habitacional de interesse social urbano ou rural com recursos do Fundo Estadual de Habitação, utilizar-se-á preferencialmente a energia solar na implantação de sistemas para aquecimento e captação de águas fluviais". Já existe na Cohab uma norma. Temos de forçar a diversificação da matriz energética. Se, em cada nova construção edificada com recursos públicos ou parcerias, estiverem obrigatoriamente incluídas as placas de energia solar, estaremos garantindo a essas famílias uma grande economia, porque ainda prevalece o chuveiro como o vilão. Além da economia do aluguel, a pessoa terá como garantia a economia com energia, porque teria a energia solar gratuita. Nisso, o Brasil e Minas Gerais têm em abundância.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Agradeço o aparte concedido pelo Deputado Padre João e o parabeno por ensejar essa discussão tão importante sobre o Projeto nº 1.723/2007, do Deputado Wander Borges. Torço para que ele seja aprovado e dê certo pelo alcance social que representa. Lembro também um projeto que já votamos, no qual o Estado cria um fundo para a construção de casas para os servidores da segurança pública, policiais militares e civis. Esse projeto mostrou a sensibilidade do governo estadual. Em Curvelo, conseguimos, com dois projetos em três anos, construir praticamente 500 moradias habitacionais. Estamos bem informados com relação a essa situação, porque o nobre Presidente da Cohab, Teodoro Lamounier, esteve lá e, no seu pronunciamento, nos garantiu que já entregou mais de 20 mil casas populares nesses anos em que está à frente daquele órgão. Quero chamar a atenção, porque V. Exa. acabou de informar que seriam 8 mil casas, mas não é essa a informação que tenho. Vamos apoiar esse projeto, de grande interesse. Suas emendas também são bem-vindas, para que possamos melhorá-lo ainda mais. Recentemente, na minha cidade, ouvi o próprio Presidente da Cohab, quando entregamos o segundo conjunto, de 263 casas, nessa administração do Governador Aécio Neves, anunciar que já entregou mais de 20 mil habitações, situação também confirmada pelo Secretário Dilzon Melo. Então, é preciso corrigir. Caso não tenha chegado ao senhor, essa é a informação correta. Era o que eu tinha a dizer. Parabeno-o por sua discussão.

O Deputado Padre João* - Obrigado, Deputado Doutor Viana. O valor foi discutido em audiência pública. Parece-me que havia alguém da Cohab. O valor para as 8 mil unidades era esse. Pode ser que tenha havido uma adequação. A audiência foi realizada antes da conclusão de 2008, com o valor de R\$648.167.756,00, que está na justificativa do projeto. Pode ter havido alguma adequação posteriormente. Agradeço a V. Exa. A verdade é que não existe política estadual sem o fundo. É importante também que o próprio fundo tenha um conselho com reuniões periódicas para aprimorar essa política. Então, é indispensável haver participação popular. Quanto maior o nível de participação popular, independentemente da política pública adotada, maiores serão os acertos. Controle social não significa fiscalização, é a forma de as pessoas trazerem mais sugestões e de os programas serem aprimorados. Não há perda. Muitos gestores têm grande dificuldade em abrir para os

conselhos e manter um diálogo direto com os movimentos sociais. Quando isso acontece, às vezes as coisas ficam mais presas e, como é um pequeno grupo, a possibilidade de corrupção é bem maior. É diferente quando todo o programa é acompanhado pelos mais diversos segmentos sociais possíveis. Pela própria condução do processo, a política torna-se transparente. Quando se fala em transparência nas políticas, é possível que a condução dos programas seja transparente com a participação popular. Dessa forma, a garantia de acerto e de execução de um programa agradando a todos é bem maior. Justamente por isso, às vezes o Presidente Lula incomoda muita gente. É preciso haver um conselho em cada política. Os movimentos participam do conselho nacional, que sempre recebe os movimentos sociais, o que vai garantindo mais acerto a cada ano. É importante também, companheira Maria Tereza Lara, a dinâmica dos programas do governo federal. Nunca foi reeditado o plano safra como o ano anterior. Sempre há um aprimoramento. Assim também deve ocorrer com a moradia. O dia em que ficarmos estagnados já estaremos mortos, e morto apodrece. Então, o que nos dá vida e entusiasmo é buscarmos o aperfeiçoamento dos programas e das políticas públicas. Nessa dinâmica nos assemelhamos, cada vez mais, ao Criador.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Padre João, pedi-lhe um aparte para cumprimentá-lo pelo pronunciamento e, mais ainda, por seu trabalho. V. Exa. sempre ouviu os movimentos sociais e apoiou as organizações dos movimentos populares.

Como V. Exa. já disse, o Lula realmente tem promovido uma mudança radical neste país com a participação popular, haja vista o recebimento dos Prefeitos em Brasília. Desde quando os Prefeitos se organizavam para falar com o Presidente? Em outros tempos foram recebidos até com cães. Recentemente os hansenianos estiveram lá e foram recebidos por Lula, tiraram fotos e conquistaram direitos. Assim é com todos os segmentos. Vimos, por exemplo, o caso das conferências. Neste ano teremos a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, bem como as municipais e a estadual. A cidade de Betim, na sexta feira próxima, dia 20 de fevereiro, já estabelecerá a comissão organizadora da conferência municipal de segurança pública. Então, esse é o caminho. Não é necessário inventar a roda, mas, sim, valorizar a sabedoria popular. Na igreja chamamos essa valorização de catequese da realidade. É preciso conhecê-la, diagnosticá-la, ver, julgar e agir. Se assim o fizermos, conseguiremos resultados. É por esse motivo que há aceitação expressiva do governo Lula pela população, pois ele não age somente com sua própria cabeça, mas ouve os segmentos e acolhe as organizações populares. Assim, cumprimento-o pelo discurso, bem como o Deputado Wander Borges pela apresentação do projeto, que dará oportunidade para que o povo de Minas Gerais tenha o direito sagrado à moradia. Todos os que acreditam nesse projeto têm de unificar esforços, pois é realmente uma proposta que consegue construir cidadania e contribuir para um País muito mais feliz para se viver. É por esse motivo que o Brasil está cada vez mais fortalecido no cenário internacional. Há verdadeiramente uma participação efetiva, permanente e crescente do povo brasileiro. Muito obrigada.

O Deputado Padre João - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara.

É com sensibilidade e com iniciativas que garantiremos dignidade para o nosso povo, sobretudo para os mais pobres. A moradia é, de fato, o grande sonho da população. Como políticos, somos responsáveis por essa realização. Temos de contribuir com esse processo. Sr. Presidente, encerro a discussão, tendo em vista que poderemos discutir esse projeto na Comissão. Deputado Wander Borges, com todo carinho, as emendas são para tentar contribuir. Estamos abertos à discussão para garantirmos o aprimoramento do próprio projeto e, conseqüentemente, da política habitacional. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1.723/2007

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 8º a seguinte redação:

"Art. 8º - Na construção de unidade ou empreendimento habitacional de interesse social, urbano ou rural, com recursos do Fundo Estadual de Habitação, utilizar-se-á, preferencialmente, a energia solar na implantação de sistema para aquecimento e captação de águas pluviais."

Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 2009.

Padre João

Justificação: Nos dias atuais, devemos privilegiar as formas de energia sustentáveis e não poluidoras. Por isso, prevemos o uso desse tipo de energia no abastecimento de água nas unidades habitacionais de interesse social produzidas no Estado.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao inciso III do § 2º do art. 5º a seguinte redação:

" Art. 5º - (...)

§ 2º - (...)

III - convênio, assistência técnica e parceria com associações e cooperativas autogestionárias para a produção social de moradia."

Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 2009.

Padre João

Justificação: Existem outros instrumentos, além da parceria, que podem ser utilizados para a execução da política estadual de habitação de interesse social. Por isso, propomos a inclusão dos convênios e da assistência técnica, que já são utilizados em vários Municípios de Minas Gerais, mostrando-se eficientes na implementação de empreendimentos de habitação de interesse social, como acontece no Programa Crédito Solidário, do governo federal, que já produziu milhares de unidades em nosso Estado.

EMENDA Nº 3

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação, modificando-se a nomenclatura em todos os artigos:

"Estabelece diretrizes para a formulação da Política Estadual Habitacional de Interesse Social – Pehis.".

Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 2009.

Padre João

Justificação: Propomos a alteração da sigla da Política Estadual de Habitação de Interesse Social de PEH para Pehis, a fim de que esteja em consonância com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS - e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS -, bem como com o Plano Nacional de Habitação de Interesse Social – PNHIS.

EMENDA Nº 4

Dê-se ao art. 7º a seguinte redação:

"Art. 7º - Os planos, programas e ações relativos à política de que trata esta lei submeter-se-ão a avaliação e monitoramento periódicos, principalmente por parte do Conselho de Desenvolvimento Regional e Políticas Urbanas - Conedru -, objetivando seu constante aperfeiçoamento.".

Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 2009.

Padre João

Justificação: O Conselho de Desenvolvimento Regional e Políticas Urbanas – Conedru – é um conselho paritário, criado à imagem do Conselho Nacional das Cidades, com o objetivo de propiciar a participação da sociedade civil na execução das políticas habitacionais de interesse social. Como é papel dos conselhos fiscalizar e contribuir para a construção e execução de políticas públicas, propomos a inclusão da avaliação do Conedru para fortalecer a futura legislação.

EMENDA Nº 5

Dê-se ao "caput" do art. 9º a seguinte redação e inclua-se no mesmo artigo o seguinte § 3º:

"Art. 9º - Os empreendimentos verticais de habitação de interesse social localizados nos andares térreos de edifício residencial plurifamiliar construído pelo Estado por meio de programa habitacional serão, preferencialmente, destinados a pessoas idosas ou pessoa com deficiência que lhes dificulte a locomoção, desde que estejam regularmente inscritas e preencham as demais condições estabelecidas no programa.

(...)

§ 3º - Os empreendimentos de habitação de interesse social destinarão um percentual mínimo de 5% do número de unidades à pessoa idosa ou com deficiência.".

Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 2009.

Padre João

Justificação: Propomos as modificações nas nomenclaturas para que estejam adequadas à legislação federal que trata do assunto, como no caso em que foi utilizada a expressão "pessoa portadora de deficiência", que já caiu em desuso, de acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que adquiriu "status" constitucional com a aprovação da Mensagem 711/2007, da Câmara dos Deputados, nos termos da Emenda à Constituição nº 45 e do § 3º do art. 5º da Constituição.

Quanto à inclusão do § 3º no art. 9º, justifica-se por ser medida já adotada em todos os programas de habitação de interesse social do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei Federal nº 11.228, de 2005).

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto cinco emendas do Deputado Padre João, que receberam os nºs 1 a 5, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as emendas com o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, para parecer.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Hely Tarquínio. Quero apenas reconhecer a importância da decisão da Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, especialmente do Corpo de Bombeiros, que armou um esquema para a segurança no carnaval. Agora teremos viaturas do Corpo de Bombeiros para resgate, salvamento e prevenção a incêndios, nas nossas principais estradas, tanto federais quanto estaduais, de 50km em 50km. Vejo que é um avanço importante do governo do Estado de Minas Gerais, apesar de muitas das nossas estradas serem federais. Na BR-381 Norte, de Belo Horizonte a Monlevade, de 50km em 50km, viaturas do Corpo de Bombeiros farão um percurso de 25km para atenderem, quase imediatamente, ocorrências de acidentes na estrada.

Queremos elogiar o governo de Minas Gerais, a preocupação com a vida das pessoas que trafegam por nossas estradas. Isso ocorrerá na BR-040, na BR-381 Norte, na BR-381 Sul, em direção a São Paulo, na MG-050, em direção a Formiga, a Escarpas do Lago, Furnas, na BR-116, que é muito importante. Parabenizo a Secretaria de Defesa Social e o Corpo de Bombeiros por essa iniciativa, que preserva a vida das pessoas que trafegam por nossas estradas. Lamentavelmente, não existe previsão de obras de segurança para as nossas estradas, mas essa medida do governo do Estado é de grande importância. Ressalto a iniciativa do Cel. Gilvan, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, que irá colocar todos os homens dessa instituição em nossas estradas, a fim de realizar resgates, salvamentos. A presença dessas unidades do Corpo de Bombeiros nas estradas fará com que motoristas não cometam irregularidades, como o excesso de velocidade. A nossa manifestação é de apoio ao governo do Estado. Na véspera desse grande feriado, esperamos que não ocorram acidentes e mortes nas estradas. Minas Gerais e o Brasil têm perdido muito com esses acidentes, que causam tantas vítimas, tantas mortes, além de pessoas com seqüelas. Trata-se de uma medida importante, que irá garantir a vida de mineiros e brasileiros que passarão pelas estradas federais e estaduais nesse grande feriado que

teremos pela frente. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, quero registrar minhas congratulações aos rotarianos, pelo Dia do Rotariano, a ser festejado em 23 de fevereiro próximo, e também pelas comemorações dos 86 anos do Rotary Clube Internacional. Sou membro do Lions Club e conheço o trabalho do Rotary, que se assemelha muito ao do Lions, ou seja, especialmente de doação, de prestação de serviços comunitários. Tem um importante papel em todas as cidades nas quais atua, prestando serviços de grande alcance social aos mais necessitados da comunidade, além de incentivar a valorização educacional, por meio de programas pró-juventude, nos quais os jovens estudantes ganham bolsas de estudos, fazem intercâmbio em outro país ou prestam serviços comunitários. O Rotary Club Internacional conta em todo o mundo com cerca de 1 milhão de sócios, além de 30 mil clubes distribuídos em mais de 200 países e regiões geográficas. No Brasil são 38 distritos com mais de 2.300 unidades rotárias, das quais fazem parte mais de 53 mil rotarianos. No mundo rotário, o Brasil encontra-se em 3º lugar em número de clubes, e em 5º em número de sócios. O lema permanente do Rotary define especialmente sua meta: "Dar de si sem pensar em si". Portanto, ao abraçá-los, quero também abraçar essa grande causa que move essa roda de solidariedade, de companheirismo e de trabalho, essa cruzada de dedicação ao próximo, construindo uma sociedade mais justa e um futuro melhor para o mundo e para os nossos filhos. Quero congratular-me com o Rotary Clube Internacional e parabenizá-lo pelo seu dia, no próximo dia 23. Fica registrada essa questão de ordem. Muito obrigado.

Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência, com muita alegria, registra a presença, em Plenário, do ex-Deputado Estadual José Milton, Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 19, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, e para a especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 18.922 e 18.956

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Neider Moreira, Padre João e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2009.

Antônio Júlio, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/2/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Eros Biondini

exonerando, a partir de 25/2/09, Márcia Cristina de Souza Paula do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Getúlio Neiva

exonerando Ana Raquel Moreira Maia do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

exonerando Arlete Pereira do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Ana Paula Andrade Tomich para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Ana Raquel Moreira Maia para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Arlete Pereira para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Ataliba José de Magalhães para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telemig Celular S.A. Objeto: prestação de serviço móvel celular e serviços adicionais. Objeto deste aditamento: prorrogação contratual por 180 dias ou término de procedimento licitatório. Vigência: 180 dias a partir de 3/12/2008. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 (3.3.90.39).

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Município de Santa Cruz do Escalvado. Objeto: doação de bens moveis inservíveis, 2 microcomputadores marca Microtec, registros patrimoniais: 021.921 e 021.945 ; 2 impressoras a jato de tinta, marca HP, registros nºs: 011741 e 011817. Licitação: dispensa, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 21/2/2009, na pág. 53, col. 1, onde se lê:

"que fará realizar, no dia 10/3/2009", leia-se:

"que fará realizar, no dia 11/3/2009".

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.